



Carreira

Lobby é reconhecido como profissão



Articulação

Ciência na definição de políticas públicas

Novidades do Irelgov

- Guia de Melhores Práticas
- Eleições da Nova Diretoria
- Pesquisa aponta melhora na reputação de Rel Gov

Diálogos

A revista digital do Instituto de Relações Governamentais (IRELGOV)
Ano 5 – Edição 1 – Março de 2018

irelgov

LOBBY NA UNIÃO EUROPEIA

Missão de estudo organizada pelo IRELGOV
conheceu realidade dos profissionais de Bruxelas



Editorial

A atividade de relações governamentais foi incluída na lista de ocupações do Ministério do Trabalho. Esta é uma primeira etapa para a regulamentação da profissão. A maneira com que será conduzido esse processo deve ser acompanhado com bastante atenção pelos profissionais da área e será alvo de monitoramento constante do IRELGOV. O Brasil tem tradição histórica para “cartorização” de processos, com criação de burocracias e pedágios para serem transpostos para as pessoas, empresas e entidades que queiram exercer suas atividades formalmente no mercado.

O IRELGOV acredita que atividade de relações governamentais é parte fundamental do Estado Democrático de Direito e a garantia de acesso de qualquer cidadão, de forma simples e com baixo custo, aos tomadores de decisões públicas deve ser garantido. O instituto estará bastante atento a qualquer proposição que comprometa a democratização da interlocução entre a sociedade civil e o poder público. Entraves como restrição para apenas algumas profissões para o exercício formal da defesa de interesses, obrigatoriedade de relatórios e registros em excesso, pagamento indiscriminado de taxas e protocolos burocratizantes podem se tornar barreiras de difícil transposição para entidades menos estruturadas e para o cidadão comum. O corporativismo é um risco constante em qualquer atividade econômica.

Os princípios do IRELGOV são a valorização dos profissionais e o aprimoramento constante. Como um think tank da área de relações governamentais, o IRELGOV baseia suas atividades na discussão aprofundada sobre temas que impactam, direta ou indiretamente, as relações entre o público e o privado no país.

Entretanto, o IRELGOV acredita que a legitimidade do processo de regulamentação da profissão e da atividade de relações governamentais precisa ter, necessariamente, o protagonismo dos profissionais que têm conhecimento prático cotidiano, além da academia que estuda, de forma estruturada e científica, o lobby e a defesa de interesses.

Por esta razão, o IRELGOV criou um grupo de trabalho que está desenvolvendo um Guia de Melhores Práticas, de forma a reunir um conjunto de normas para a atuação dos profissionais de relações governamentais. A criação do documento é colaborativo e não tem como objetivo criar normas e punições para quem não as cumprirem, mas indicar os princípios que reforcem a ética, legalidade e transparência da nossa atividade.

O conteúdo do Guia de Melhores Práticas conta com a contribuição valiosa das experiências e conhecimentos adquiridos durante a missão internacional de estudos do IRELGOV, realizada no final do ano passado na qual um grupo de onze profissionais realizou diversas atividades na Bélgica. Os aprendizados sobre como funciona o lobby na União Europeia serão valiosos para a produção do Guia.

Dentro do mesmo princípio de desenvolvimento e estudo continuado, o IRELGOV prepara a sua segunda missão internacional. Na primeira quinzena de junho, um novo grupo de profissionais embarca para Washington para conhecer o berço do lobby. A participação da viagem é para os associados do IRELGOV, e como na viagem à Bélgica, foram abertas algumas vagas para não associados.

O IRELGOV é uma entidade que se propõe a contribuir ativamente para a melhoria da reputação e desenvolvimento contínuo da atividade de relações governamentais no Brasil. O instituto não atua, nem tem intenção de atuar, como sindicato ou associação de classe. Todas as atividades da diretoria e do conselho do IRELGOV são feitas de forma voluntária e não remunerada. A intenção do corpo diretivo do instituto é ser um canal aberto para abordagem de temas identificados como importantes e relevantes pelo próprio mercado.

Para que isso seja possível é fundamental a participação ativa dos nossos associados, tanto pessoas físicas quanto empresas. O IRELGOV considera que a mola propulsora de transformações são as pessoas e as entidades organizadas da sociedade civil. Por esta razão, esperamos sempre que nossos associados e os profissionais do mercado nos instiguem, e também assumam um papel ativo nesse processo de pleno desenvolvimento que se encontra as relações governamentais no Brasil.

Contamos com a participação de todos na construção do IRELGOV.

Conselho Executivo IRELGOV

EXPEDIENTE #01 ANO 5 - MARÇO DE 2018

DIÁLOGOS IRELGOV

é uma publicação do
Instituto de Relações
Governamentais (IRELGOV)

Rua Gomes de Carvalho, 1356
2º andar, E.58
Vila Olímpia – São Paulo – SP
CEP: 04547-005 |
Fone: +55 11 3995-5210
E-mail: irelgov@irelgov.com.br

Conselho Deliberativo:

Erik Camarano
Larissa Wachholz
Anselmo Takaki
Cinthia Battilani
Gabriel Di Blasi
Kelly Aguiar
Manoel Fernandes
Paulo Dantas
Silene Moneta
Valeria Café

Diretoria:

Bruno Perman
Diogo Jodar
Eriça Tomimaru
Rodrigo Cintra
Lejla K. Rodrigues

Coordenação:

Lejla K. Rodrigues
e Valeria Café

Jornalista responsável:

Fábio Okubaru (MTB
4120/16/160)

Nessa edição



04 **RADAR**
Lobby reconhecido como profissão

09 **EVENTOS**
Pesquisa sobre profissionais de Rel Gov

13 **INTERNACIONAL**
Conhecendo o lobby na UE

18 **LOBBY**
Ciência e políticas públicas

SUMÁRIO

Editorial.....	02	Conhecendo o lobby no UE.....	13
Lobby reconhecido como profissão.....	04	Ciência na definição de políticas públicas.....	18
Guia de Melhores Práticas.....	06	Artigo: No jogo da desconfiança e desinformação, pessoas são a sua melhor aposta.....	22
Eleições da Nova Diretoria.....	07	Artigo: Cenários e Estratégias de Re lGov em ano de grandes eventos.....	25
Divulgação da pesquisa em Brasília.....	09	Artigo: Perspectivas para o Mercado e para o Profissional de Relações Governamentais.....	28
Mercado de relações governamentais está aquecido.....	11		
Lei de improbidade administrativa.....	12		

Lobby é reconhecido como profissão



O Ministério do Trabalho incluiu na lista da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), no dia 19 de fevereiro, a atividade dos profissionais de relações governamentais e institucionais. O reconhecimento do lobby como uma ocupação formal é uma etapa relevante para a regulamentação da atividade, que está em discussão no Congresso Nacional, e para a própria regulamentação da profissão de relações governamentais.

O IRELGOV vê como positiva a inclusão de relações governamentais na lista de ocupações do Ministério do Trabalho, pois é o reconhecimento da legalidade, legitimidade e importância fundamental do diálogo entre o público e o privado em uma democracia. No entanto, o instituto acompanhará os processos para regulamentação da profissão e da atividade do lobby para que a defesa de interesses permaneça aberta e plural, como deve ser. O IRELGOV estará alerta para movimentos que reforcem aspectos “cartorialistas” e corporativistas que possam comprometer o caráter democrático que deve reger a interlocução público-privada qualificada.

“O IRELGOV estará vigilante a qualquer iniciativa que conduza à cartorização da atividade profissional. Neste sentido, esperamos que a iniciativa do MTE não se converta na justificativa para a criação de mais um sindicato, com tentativas de veto sobre quais os profissionais que podem exercer tão importante e estratégica atividade em prol do desenvolvimento do Brasil”, publicou o instituto em nota oficial sobre o tema.

“É essencial que o acesso aos formuladores de políticas públicas seja garantido e seja de baixo custo para todos aqueles que se sentem impactados, de alguma forma, por uma mudança regulatória”, completa a nota do IRELGOV. “A experiência do IRELGOV em recente missão à União Europeia comprova a necessidade da atuação transparente de profissionais de RIG qualificados. As instituições da União Europeia inclusive fomentam a inclusão das partes consideradas “vulneráveis” ou “menos mobilizadas” em qualquer debate sobre políticas públicas e regulação, para que suas posições possam também ser ouvidas no processo legislativo”.

Carreira

A inclusão de relações governamentais e institucionais na CBO é um aspecto mais burocrático para fins administrativos, mas que pode ter impactos imediatos no mercado. Para Caio Leonardo Bessa Rodrigues, sócio do escritório Mattos Engelberg para área de relações governamentais, com o reconhecimento pelo Ministério do Trabalho é possível as empresas contratarem profissionais registrados, efetivamente, na área de relações governamentais. As companhias também podem criar planos de carreira específicos.

Na descrição sumária da atividade que consta na CBO, os profissionais de relações governamentais e institucionais “atuam no processo de decisão política, participam da formulação de políticas públicas, elaboram e estabelecem estratégias de

relações governamentais, analisam os riscos regulatórios ou normativos e defendem os interesses dos representados.” A construção dessa descrição foi feita em conjunto com a sociedade civil, declarou a coordenadora da CBO no Ministério do Trabalho, Cláudia Maria Virgílio de Carvalho.

A inclusão de relações governamentais e institucionais na lista da CBO não estabelece critérios para que o profissional seja registrado ou reconhecido dentro da categoria. Esse é um processo de regulamentação da profissão, que deve ser feito pelos próprios profissionais do setor e pelo mercado. Essa regulamentação também é diferente da regulamentação da atividade de lobby. As propostas que tramitam no Congresso Nacional sobre lobby estabelecem regras e procedimentos da relação entre o poder público e a sociedade civil, mas não, necessariamente, definem quem poderá exercer a atividade de lobista.

Competências

No relatório descritivo da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) foram incluídas competências específicas dos profissionais de relações institucionais e governamentais. O Ministério do Trabalho esclarece que essas competências não foram definidas pelo governo, mas pelos próprios trabalhadores em oficinas durante o processo de reconhecimento da ocupação. Constam nas GACs (Grande Áreas de Competência) os seguintes itens:

- Participar da formulação de políticas públicas
- Elaborar estratégia de relações governamentais
- Estabelecer estratégia de relação governamental
- Elaborar perfis (parlamentares e autoridades)
- Elaborar perfil de tomador de decisão, influenciadores e interessados
- Gerir riscos regulatórios/normativos
- Monitorar ações governamentais (Executivo, Legislativo e Judiciário) com potencial impacto setorial e institucional
- Analisar risco regulatório/normativo
- Planejar ação de mitigação de risco regulatório/normativo
- Analisar impacto normativo
- Elaborar peças e documentos para fundamentar defesa
- Sugerir proposições legislativas/normativas
- Solicitar notas técnicas as áreas competentes
- Mapear processo de decisão
- Informar ao interessado a agenda de trabalho dos órgãos envolvidos
- Organizar agenda de reuniões e de trabalho dos órgãos envolvidos no processo de decisão política
- Defender os interesses do representado no processo decisório

Guia de Melhores Práticas



Um grupo de estudo do IRELGOV está desenvolvendo um guia com as melhores práticas da atividade de relações governamentais. O objetivo é reunir um conjunto de normas e valores que norteiem a atuação dos profissionais para que a credibilidade e a reputação das relações governamentais no Brasil sejam fortalecidas.

O guia é uma criação colaborativa de profissionais que atuam no mercado e conhecem os desafios enfrentados no cotidiano das relações governamentais, sempre pautados pelos princípios da ética, da legalidade e da transparência

O IRELGOV não vai propor regras e estabelecer punições para quem não as cumprir. As recomendações do guia pretendem contribuir de forma objetiva para o aprimoramento das atividades do profissional. Somente com a maior profissionalização será possível alcançar maior legitimidade pública das relações governamentais no Brasil. “É a sociedade civil organizada que tem o poder de transformar”, analisa Valeria Café, superintendente de Influência e Vocalização do Instituto Brasileiro

de Governança Corporativa (IBGC) e conselheira do IRELGOV, uma das coordenadoras do comitê que está elaborando o guia.

O Guia de Melhores Práticas trará os conceitos envolvidos na atividade de relações governamentais, os princípios que devem reger o relacionamento e defesa de interesses de entidades privadas junto ao poder público, além de apresentar argumentos para a implementação de estratégias de relações governamentais dentro das empresas. Questões éticas, como lidar com conflito de interesses, regras de conduta e compliance, e os limites da atuação do profissional também serão abordados em profundidade.

A elaboração do Guia de Melhores Práticas reflete os dois pilares fundamentais do IRELGOV: reputação e educação. Por meio das discussões, o instituto quer disseminar informações e conhecimentos relevantes e fomentar o diálogo entre os diversos setores envolvidos nas relações entre o poder público e a sociedade.

O projeto iniciou-se no ano passado e o comitê tem reuniões mensais para discutir o conteúdo do guia. A intenção é que o texto apresente procedimentos que reforcem a credibilidade e reputação dos profissionais e que mostre, para toda a sociedade, a importância das relações governamentais para a construção de um país mais democrático e justo. O Comitê de Boas Práticas está aberto a contribuições dos associados do IRELGOV, tanto profissionais quanto empresas. Entre em contato pelo e-mail irelgov@irelgov.com.br

Eleições da nova diretoria

O IRELGOV iniciou o processo para eleição dos novos conselhos deliberativo e fiscal. A escolha da nova diretoria acontecerá na Assembleia Geral Extraordinária, convocada para acontecer no dia 26 de abril, às 9 horas, na sede da Demarest Advogados, na Avenida Pedroso de Moraes, 1201 – Pinheiros, São Paulo.

A eleição de ambos os conselhos será feita por voto aberto, na forma presencial. O associado que não puder comparecer poderá ser representado por terceiro, por meio de procuração específica outorgando-lhe poderes para participar e votar em assembleias, com a firma devidamente reconhecida em cartório. Poderão votar somente os associados que não estiverem inadimplentes em período não superior a 90 dias.

Para o Conselho Deliberativo, as chapas devem ser organizadas da seguinte forma: um presidente, um vice-presidente e

oito conselheiros. Os candidatos a presidente e vice-presidente deverão ser associados pessoa física. Cada chapa poderá ter, no máximo, 30% de associados pessoa jurídica.

Para o Conselho Fiscal, as chapas devem ser compostas de três conselheiros titulares e três conselheiros suplentes.

Somente poderão integrar as chapas os associados (pessoa física e/ou jurídica) que estiverem quites com as obrigações sociais e financeiras.

Após o encerramento do prazo de inscrição, a Comissão Eleitoral deverá publicar, por meio de edital, as chapas registradas em até 48 horas. Eventuais pedidos de impugnação de registro devem ser feitos no prazo de até três dias após a publicação do edital. A Comissão Eleitoral terá prazo de três dias para dar parecer sobre os pedidos de impugnação.

Seja sócio do IRELGOV

Para ser associado IRELGOV, você pode entrar em contato conosco por telefone: (11) 3995-5210 ou por e-mail: irelgov@irelgov.com.br.

Podem se associar empresas, entidades e pessoas físicas.

Se preferir, você pode fazer o download do Formulário de Associação e do Termo de Adesão, conforme o tipo de associação que pretenda fazer, seja pessoa jurídica ou pessoa física e encaminhar estes e outros documentos solicitados no comunicado Procedimentos para Associação, para o e-mail: irelgov@irelgov.com.br.

<http://irelgov.com.br/associe-se>

Queremos saber sua opinião!

Com objetivo a promover o diálogo e o livre debate sobre os temas relacionadas ao desenvolvimento e reputação dos profissionais de Relações Governamentais, melhores práticas, desenvolvimento de políticas públicas e mapeamento de stakeholders abrimos um grupo de discussões no LinkedIn. Nesse espaço iremos promover discussões, diálogos construtivos, divulgação de ações e de cursos e projetos. Esperamos que vocês, com suas sugestões, nos ajudem em melhoria do ambiente das relações governamentais. Junte-se ao grupo no link abaixo:

<https://www.linkedin.com/groups/8634341>



“O trabalho do IRELGOV, como um think tank voltado para a área de relações governamentais, é fundamental para a formação de profissionais mais qualificados que consigam representar setores organizados da sociedade frente ao governo, e também do governo frente ao próprio governo e frente à iniciativa privada. Para mim é um prazer ter vários dos nossos alunos já associados ao IRELGOV, além de termos professores do IRELGOV no nosso corpo docente”

Márcio Coimbra

Coordenador do curso de MBA em Relações Institucionais do IBMEC de Brasília

Quer mandar sugestões de temas para as próximas edições da Diálogos IRELGOV? Também queremos saber sua opinião sobre os textos. Envie um e-mail para a Márcia: irelgov@irelgov.org.br

Melhora reputação dos profissionais de Rel Gov



Houve melhoria na reputação da atividade de relações governamentais, apontaram os dados da 2.ª fase da Pesquisa de Reputação do Profissional realizada pelo IRELGOV. Ao serem questionados se a reputação do profissional vem mudando nos últimos anos, 60,51% responderam que houve mudança para melhor. Apenas 14,01% responderam que houve piora na reputação e 14,01% disseram que não houve alteração. A pesquisa foi realizada no início de 2017 e foram ouvidos 157 profissionais que atuam na área de relações governamentais.

A articulação das empresas junto aos governos não é vista de forma positiva, reconhecem os profissionais. Na pesquisa do IRELGOV, 66,24% responderam que o lobby não é bem visto. Esse dado vem de encontro a uma das pautas importantes do instituto, que é a melhoria da reputação da atividade e dos profissionais que trabalham na área de relações governamentais. “É especialmente importante a discussão da descriminalização do lobby”, afirmou o presidente do IRELGOV, Erik Camarano, durante evento de divulgação dos dados realizado no dia 9 de novembro

na sede da TozziniFreire Advogados, em São Paulo, e que teve apoio da Celuppi Advocacia e Relações Institucionais.

Apesar de reconhecer a percepção negativa do lobby, os profissionais de relações governamentais dizem acreditar na importância e na legitimidade da atividade. Quase 80% dos respondentes entendem que é legítimo atuar em favor de interesses de uma organização mesmo que sejam contrários a interesses de outros grupos.

As funções desses profissionais extrapolaram a articulação com os governos, segundo a pesquisa do IRELGOV. Entre as suas principais funções, melhorar o ambiente de negócios para uma empresa ou setor foi indicado por 51,59% dos respondentes. A defesa dos interesses junto ao governo ficou em segundo lugar, com 31,21% das respostas.

Essa atuação direta na melhoria do ambiente empresarial se refletiu nas competências indicadas como importantes na atividade de relações governamentais. Na pesquisa do IRELGOV, 87,26% dos

Eventos irelgov

respondentes citou como característica que melhor define o profissional é ser estrategista. O diretor de assuntos corporativos da Bayer, Christian Lohbauer, afirmou que, além da estratégia, o profissional brasileiro precisa ter muita flexibilidade para enfrentar as instabilidades das instituições e cenários diversos do país.

Atuar como facilitador (66,87%) e fazer gestão de crise (54,14%) também foram bastante citados entre as características do profissional. “Quando a gente olha para os bancos, o profissional que exerce atividades de relações governamentais tem ganhado protagonismo na defesa de reputação”, informou a superintendente de relações

institucionais e governamentais do Itaú Unibanco, Luciana Schneider.

A construção de rede de contatos dentro dos governos continua sendo importante para o trabalho de relações governamentais, mas não é suficiente. O processo de defesa e promoção de interesses precisa se basear em conhecimentos técnicos e é necessário um planejamento estratégico para a articulação com o poder público, indica a pesquisa do IRELGOV. “O papel do profissional que atua em relações governamentais é trazer a ciência para a mesa de negociação”, afirmou Helga Meuser, diretora de relações governamentais da Nestlé.

[Mais informações no site](#)

Divulgação da pesquisa em Brasília

O IRELGOV realizou, no dia 19 de março, em Brasília, evento para discussão da 2ª Fase da Pesquisa de Reputação dos Profissionais de Relações Governamentais na UNICEUB. A apresentação dos dados da pesquisa foi feita por Erik Camarano, presidente do IRELGOV, que também coordenou o debate com Marina Mattar, diretora de relações institucionais e sustentabilidade da ABIQUIM (Associação Brasileira da Indústria Química) e Guilherme Alpendre, diretor executivo no Poder360. Além da discussão dos desafios dos profissionais de relações governamentais foram abordados temas como fakenews e o impacto de tecnologias disruptivas, como bigdata, na defesa de interesses.

[Mais informações no site](#)



Mercado Aquecido

O mercado de relações governamentais tem crescido e cada vez mais as empresas percebem a importância para seus negócios de ter uma articulação estruturada com o poder público. A 2.ª fase da Pesquisa de Reputação do Profissional realizada pelo IRELGOV mostra que 62% dos respondentes avalia que todas as empresas devem contratar profissionais para a área, pois todas são impactadas por decisões do governo. Essa necessidade de um departamento estruturado já havia sido identificada na primeira fase da pesquisa, realizada no ano passado, ouvindo presidentes e líderes de empresas. Nela, 45% dos dirigentes também havia respondido que todas as empresas deveriam contratar profissionais de relações governamentais.

O Portal Exame.com (www.exame.com) publicou, em dezembro do ano passado, matéria na qual levantou informações com a consultoria de recrutamento EXEC que mostravam que a demanda por profissionais de relações governamentais havia crescido 15% em relação a 2016.

“Para muitas empresas ficou evidente a necessidade de políticas claras de relacionamento com o setor público e também valorizou profissionais que têm boa reputação”, disse Erik Camarano, vice-presidente de relações governamentais e políticas públicas da GE para a América Latina e presidente do IRELGOV, para

EXAME

CARREIRA - VOCE S/A

Esta carreira paga até R\$ 55 mil mas enfrenta muito preconceito

Profissionais de relações governamentais estão entre os mais bem pagos e lobb atividade principal. É aí que começa o preconceito. Entenda

Por [Camila Pati](#)

© 8 dez 2017, 14h41 - Publicado em 7 dez 2017, 06h00



a jornalista Camila Pati na matéria do Portal Exame, quando questionado se houve impacto no setor depois da Lava Jato.

Segundo a consultoria EXEC, a área de relações governamentais não sofreu queda de remuneração com a crise econômica. “Apesar de vivermos um cenário mais confortável que há dez anos, ainda há pouca mão de obra qualificada disponível, o que aquece a disputa pelos bons profissionais e consequentemente inflaciona os salários e as políticas de remuneração variável”, disse Tadeu Gualtieri, sócio da EXEC, na matéria do Portal Exame. De acordo com o levantamento da consultoria, o salário de um diretor de relações governamentais varia entre R\$ 40 mil e R\$ 55 mil reais. Para os gerentes, os salários vão de R\$ 20 mil a R\$ 25 mil.

[Mais informações no site](#)

Lei de improbidade administrativa



O IRELGOV participou do evento comemorativo dos 25 anos da Lei de Improbidade Administrativa, realizado no dia 31 de novembro no Insper, em São Paulo. Com o tema “Ética, mídia e transparência: os desafios atuais no combate à corrupção”, juristas, advogados, representante do Ministério Público, executivos, jornalistas e profissionais de relações governamentais discutiram os avanços trazidos pela lei e a evolução da legislação e dos mecanismos de prevenção e combate à corrupção implementados nessas últimas décadas. O papel dos meios de comunicação para auxiliar a transparência dos fatos e o impacto econômico da corrupção no setor privado foram outros temas debatidos. O evento foi promovido pelo Instituto Não Aceito Corrupção, pela Cátedra Insper e Palavra Aberta, em parceria com o IRELGOV e o Instituto Brasileiro de Direito e Ética Empresarial (IBDEE). Kelly Aguilar, conselheira do IRELGOV, fez a moderação do painel “Os acordos em matéria de corrupção: quais impactos econômicos no setor privado?”.

[Mais informações no site](#)

Virada política

O IRELGOV foi uma das entidades apoiadoras da 4ª edição da Virada Política, evento anual independente que reúne cidadãos, ativistas, organizações sociais, entidades e empresas para discutir e dialogar sobre as diferentes formas de se fazer política, muito além dos partidos políticos e das eleições. A promoção e defesa de interesses junto ao poder público não poderia ficar fora das discussões. No primeiro dia da Virada, no dia 11 de outubro, a conselheira do IRELGOV Kelly Aguilar participou do painel “Para fora dos gabinetes: lobby e advocacy em evolução”.

Uma questão abordada pelos painelistas e questionado pela plateia foi o acesso democrático ao lobby, como fazer a defesa de interesses e influenciar na formulação de políticas públicas com poucos recursos financeiros e por entidades pequenas e pouco estruturadas.

[Mais informações no site](#)



Conhecendo o lobby na União Europeia

IRELGOV realiza missão de estudo a Bruxelas, sede da Comissão e Parlamento Europeus

Os lobistas desempenham papel importante e são respeitados na União Europeia, pois são vistos como essenciais para formulação de políticas públicas. “A Comissão Europeia precisa do lobista como portador de informação qualificada. O profissional consegue trazer à Comissão a informação técnica que necessitam”, disse Rui Faria da Cunha, diretor executivo da Society of European Affairs Professionals (SEAP), para profissionais brasileiros que faziam parte da viagem internacional de estudos do Instituto de Relações Governamentais (IRELGOV). Entre os dias 9 e 13 de outubro de 2017, um grupo de onze pessoas participou de uma série de atividades na Bélgica para conhecer e discutir com profissionais como é feito o lobby na União Europeia.

Em quase todas as atividades realizadas pelo grupo de estudo do IRELGOV ficou clara a importância do perfil técnico dos profissionais de relações governamentais devido à demanda de conhecimento detalhado e específico sobre os temas defendidos pelos lobistas. O profissional teria que ser um perfeito “nerd”.

O ambiente é bastante exigente com o profissional, que deve demonstrar profundo conhecimento sobre a formulação de políticas públicas para estar apto a competir no mercado. Espera-se clara compreensão do ambiente político, capacidade de analisar a norma que está sendo discutida, seus pontos críticos e efeitos sobre determinada indústria ou grupo da sociedade. Além disso, é preciso saber explicar

Internacional

em linguagem simples e de fácil compreensão os dados técnicos que embasam a argumentação (em termos de efeito sobre o ambiente de negócios, impactos sobre uma parcela específica da sociedade, etc.), mantendo interlocução com o tomador de decisão e levando informação qualificada a ele e sua equipe.

A terminologia “lobby” é compreendida, em Bruxelas, como um trabalho de cunho intelectual, de influência do processo regulatório com base em argumentos técnicos. O que conta é a capacidade de argumentação e de desenhar uma estratégia para se fazer ouvir, analisaram Alex Figueiredo, diretor de operações, e Emily Rees, gerente de relações governamentais, da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil) Europa. Além de atuação focada no monitoramento das discussões regulatórias no ambiente europeu, na promoção e defesa dos interesses brasileiros junto ao bloco e na interlocução com a mídia especializada, a Apex também capacita equipes de relações governamentais dentro das associações setoriais brasileiras, preparando os profissionais para defender seus interesses na Europa.

Em visita à Comissão Europeia, o grupo do IRELGOV foi informado que ele era o primeiro do Brasil a solicitar encontro com a equipe de Ética e Transparência da entidade para discutir o tema de melhores práticas em relações governamentais. Segundo os funcionários da Comissão, a interação com os profissionais é essencial, pois representa a forma legítima de se trazer expertise e dados e de se criar inteligência para o debate de políticas públicas. Essas discussões legitimam o sistema e permitem ampla participação da sociedade nas decisões, o que só é possível quando o processo é claro e acessível a todos. Os stakeholders são engajados ao longo de todo o processo de formação de políticas públicas.

Regras

As regras de ética da Comissão Europeia são determinadas pelo Código de Conduta da entidade, ao qual estão submetidos todos os seus funcionários. Ainda que bastante estritas, as regras não vetam a prática do lobby informal, como participação em almoços, eventos, cafés. A ideia é que o sistema precisa ser suficientemente aberto para que todos tenham acesso a ele e possam exercer seu direito de influenciar políticas públicas. São monitorados eventuais gastos excessivos com relações governamentais, de forma que o interesse de um grupo específico não monopolize todo o debate sobre uma determinada política pública. A preocupação é que o lobby seja democrático e transparente.



“O sistema do lobby precisa ser suficientemente aberto para que todos tenham acesso a ele e possam exercer seu direito de influenciar políticas públicas”

O grupo do IRELGOV conheceu como funciona o Registro de Transparência, no qual podem se cadastrar os profissionais de relações governamentais que têm algum tipo de interação com o Parlamento ou Comissão Europeia. Há mais de 11 mil cadastros, o que torna a supervisão difícil para uma equipe enxuta. A Unidade de Transparência, que é responsável pelo registro, conta com uma equipe de 12 pessoas. Não existe um sistema de auditoria dos cadastros, mas quando as informações parecem distorcidas (por exemplo, o gasto com a prática de relações governamentais é cadastrado como “zero”), a equipe telefona para quem se registrou e

Internacional

checa as informações. Marie Thiel, administradora da Unidade de Transparência, afirmou que o seu departamento quer trabalhar em parceria com profissionais de relações governamentais que atuam em Bruxelas para receber dados e informações relevantes que ajudem a aperfeiçoar o sistema e tornar a prática do lobby ainda mais transparente.

Alex Figueiredo e Emily Rees, da Apex-Brasil Europa, destacaram a importância da especialização de jornalistas no tema das relações governamentais. Segundo Marie Thiel, a imprensa especializada em lobby ajuda a aperfeiçoar o sistema: jornalistas interessados em temas diversos monitoram os perfis no Registro da Transparência e denunciam casos de informações que parecem incorretas ou incompletas.

Regulamentação

A regulamentação do lobby é constantemente reavaliada. Um dos pontos que está em discussão na União Europeia é a mudança no Registro de Transparência, que garante, aos profissionais registrados, acesso a reuniões e participação em audiências públicas na Comissão e no Parlamento Europeus. Existe um movimento em favor de sua obrigatoriedade. Atualmente, o registro é voluntário.

Outra questão que ainda não está completamente resolvida é o registro de escritórios de advocacia que atuam em relações governamentais. Algumas bancas argumentam que não poderiam estar sujeitas ao Registro de Transparência para não infringir o princípio de confidencialidade do relacionamento com seus clientes. No entanto, os escritórios de maior renome internacional têm optado pelo registro voluntário.

As regulamentações produzidas no âmbito da União Europeia impactam quase a totalidade do mercado europeu e, seguidamente, servem de referência ao mundo. É importante que o Brasil esteja permanentemente informado e que

seja capaz de analisar como mudanças regulatórias afetam os interesses do país, analisou o Embaixador Everton Vieira Vargas, da Missão do Brasil para a União Europeia, durante encontro com o grupo do IRELGOV. Segundo o Embaixador, o Brasil foi um dos primeiros países a creditar-se junto à UE, em 1960. O país é o maior exportador de produtos alimentícios para a União Europeia, com uma participação de 11%. O bloco era o maior parceiro comercial do Brasil até perder, recentemente, a posição para a China. Além do Embaixador Everton Vieira Vargas, o grupo do IRELGOV foi recebido pelo Ministro Conselheiro Luis Fernando Abbott Galvão e pelo Conselheiro Eduardo Uziel.

A regulamentação do lobby em Bruxelas está incentivando a regulamentação dentro dos países-membros, como é o caso da Irlanda, que já estabeleceu regras e sistema de registro, e da França, onde o assunto está em discussão. Um dos aspectos mais críticos da regulamentação excessiva, quando acontece, é o tempo que se leva para preencher os dados necessários ao registro de cada cliente, analisou Karen Massin, CEO da Burson-Marsteller Bruxelas.

Leia o relatório da missão internacional de estudo a Bélgica no link: <http://bit.ly/2pq3RZO>

Missão de estudo a Washington

O IRELGOV está organizando a segunda missão internacional de estudos, este ano, o destino é Washington. O instituto está em fase final nos acordos com as entidades na capital norte-americana para definição da agenda de atividades e encontros. A missão está sendo estruturada em parceria com a AMCHAM (Câmara Americana de Comércio). A viagem deve acontecer entre os dias 11 e 15 de junho de 2018. Interessados em participar da missão internacional de estudos a Washington devem entrar em contato com Márcia pelo e-mail: irelgov@irelgov.com.br.

Troca de experiência com os profissionais europeus



Os participantes da primeira viagem internacional de estudos do IRELGOV tiveram oportunidade de trocar experiências com profissionais que atuam em Bruxelas e conhecer como se faz e como se monitora a atividade do lobby na União Europeia. A missão de estudos aconteceu entre os dias 9 e 13 de outubro de 2017.

A agenda de atividades do grupo foi intensa. O grupo participou de encontros e visitas no Parlamento Europeu, Comissão Europeia, Missão do Brasil para a União Europeia, Apex-Brasil Europe, AmCham UE, Fleishman Hillard, Burson-Marsteller, European External Action Service (EEAS), Society of European Affairs Professionals (SEAP) e Transparência Internacional. Os membros da missão também participaram de um curso montado especialmente para o

IRELGOV sobre Processo Decisório e Defesa de Interesses na União Europeia no College of Europe, em Bruges - uma das instituições internacionais de maior renome quando se trata de relações governamentais. "A agenda foi extraordinária e cumprida à risca. A expectativa foi superada", comenta Caio Leonardo Bessa Rodrigues, sócio do escritório Mattos Engelberg para área de relações governamentais, um dos onze participantes da missão internacional do IRELGOV.

A troca de experiência com profissionais mostrou que a articulação com as autoridades europeias é feita de diversas formas e em diferentes fases do processo legislativo. O modelo da União Europeia é uma das referências nas discussões da regulamentação do lobby no Brasil. "Estamos bastante avançados em relação aos controles

Internacional

do lobby aqui no Brasil”, afirma Mariangela Fialek, subchefe de assuntos parlamentares da Secretaria de Governo da Presidência da República.

Caio Leonardo tem uma visão crítica em relação à experiência europeia, pois, em sua opinião, o conceito de controle de lobby é muito baseado na vigilância dos profissionais, em vez de colaboração entre as partes. “São regras que partem do pressuposto de que a atividade é suspeita e que deve ser vigiada a colaboração da iniciativa privada nos processos de tomada de decisão política”, analisa.

Em 2008, foi criado o Registro de Transparência. Entidades e lobistas que atuam na defesa de interesses podem, de forma espontânea, aderir a este registro. Ele garante livre acesso ao Parlamento Europeu e possibilidade de falar em audiências públicas e participar de reuniões com Comissários, membros do Gabinete e Diretores-gerais da Comissão Europeia. Estima-se que 70% a 75% das entidades e lobistas que atuam em

Bruxelas aderiram ao registro voluntário. O Registro de Transparência foi revisado em 2014 e, atualmente, discute-se a possibilidade de tornar o registro obrigatório.

Mariangela Fialek conta que os processos legislativos na União Europeia são muito diferentes do brasileiro. Na UE, a iniciativa legislativa não é do parlamentar, mas da Comissão, o que faz com que as propostas sejam amplamente discutidas com todas as partes envolvidas antes de serem apresentadas. Isso exige amplas campanhas de divulgação. A proposição exige estudo de impacto caso a norma venha a entrar em vigor, motivo pelo qual as partes estão atentas para esclarecer e divulgar as informações de acordo com seus interesses. Além disso, o bloco é composto por 28 nações distintas, com a participação de países com atividades econômicas, culturas e até sistemas de governo diferentes. Dentro desse cenário diverso, a competência do Parlamento Europeu se restringe a questões supranacionais, fazendo com que os temas discutidos em Bruxelas sejam complexos e demandem amplo conhecimento para aprovação.



Influência da ciência nas políticas públicas

Pesquisa mostra que dados técnicos e pesquisas científicas têm pouco impacto nas decisões parlamentares

A defesa e a promoção de interesses junto ao poder público têm a ciência como uma de suas principais ferramentas de influência. Informações técnicas, dados científicos e pesquisas de impacto fornecem subsídios para discussões mais consistentes. Trazer para o debate análises aprofundadas sobre diferentes pontos de vista possibilitam aos agentes públicos decisões mais qualificadas. Pelo menos, isso é o que diz o senso comum. Entretanto, uma pesquisa realizada na London School of Economics (LSE), no Reino Unido, mostra que cientistas costumam ter baixa influência na formulação de políticas públicas no país. “O lobby político pode usar argumentos científicos como estratégia de

persuasão, porém, pelo que a minha pesquisa mostrou, tais argumentos ainda têm pouco poder de persuasão no Brasil”, afirma a professora de ciência política da LSE Flavia Donadelli, autora da pesquisa.

Em sua tese de doutorado, Flavia Donadelli analisou a tramitação de três grandes alterações na regulamentação ambiental no Congresso Nacional, entre 2005 e 2015: código florestal, lei de acesso a recursos genéticos e regulamentação de pesticidas. A professora analisou atas, relatórios, documentos das comissões e os textos aprovados e sancionados. Os três casos acompanhados envolviam questões

Lobby

científicas bastante relevantes e tinham grande impactos econômicos e políticos. “Apesar de não podermos afirmar que a ciência é completamente neutra, o rigor científico, quando aplicado honestamente, pode reduzir a quantidade de decisões unicamente baseadas em interesses”, analisa a doutora Flavia.

A pesquisa analisou a participação direta dos cientistas em audiências públicas e o uso ou incorporação dos argumentos científicos durante o debate. Na prática, afirma Flavia, o uso da ciência como fator de decisão política nos casos observados foi muito limitado. “Apesar de existirem estudos científicos detalhados em dois dos três casos que eu observei, os políticos não formaram ou modificam suas opiniões com base nesses estudos e, raramente, os utilizaram como argumentos nos debates políticos”, conclui.

Nas discussões da lei de acesso a recursos genéticos o posicionamento dos cientistas foi mais perceptível, mesmo assim, com peso relativo nas decisões finais. Nas discussões do Código Florestas e dos pesticidas as mudanças regulatórias aconteceram depois de acordos negociados entre os representantes dos diferentes grupos envolvidos sem que houvesse um

processo relevante do que se denomina de “aprendizado científico” (learning, em inglês – veja figura 1).

Universidade

Pablo Cesário, professor do curso de relações governamentais da Fundação Getúlio Vargas (FGV), tem uma visão divergente sobre a relevância da ciência na definição de políticas públicas. Os políticos, segundo ele, necessitam de conhecimento científico e universidades são frequentemente chamadas a participar de audiências públicas no Congresso Nacional. “Há demanda pela ciência. Faz parte do debate democrático”, afirma Cesário. A presença das universidades possibilita decisões de melhor qualidade, completa o professor da FGV.

A universidade desempenha papeis importantes em duas etapas das discussões de políticas públicas, de acordo com Cesário. No início dos debates, com informações que poderão definir os parâmetros das discussões, e depois na identificação e análises das alternativas que surgirem nas tramitações das propostas. Após essas etapas, todo o processo se torna, essencialmente, político, conclui o professor da FGV.

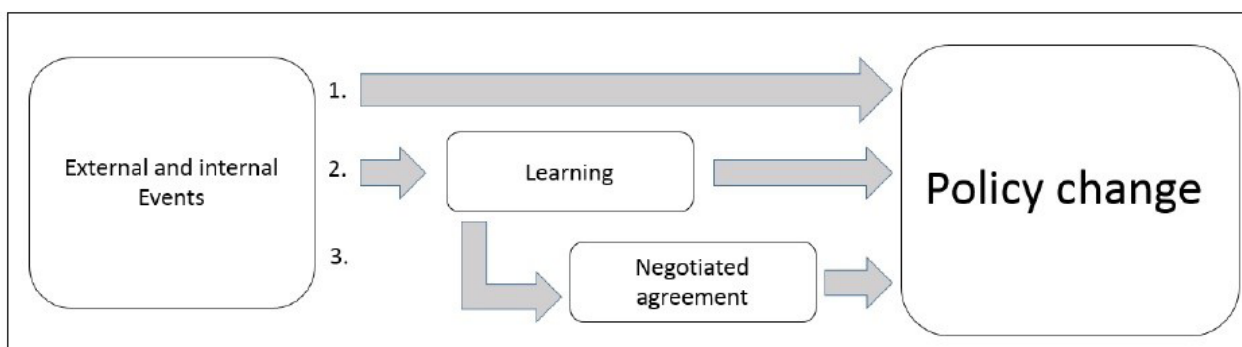


Figure 1 - The relationship between different sources of policy change
 Source: produced by the author

Lobby

Na figura 1, reproduzida da tese da doutora Flavia Donadelli, essa segunda situação é a de learning, que dentro da teoria política, é um dos fatores das decisões, juntamente com fatores internos, fatores externos e acordos negociados. No arcabouço teórico clássico sobre os processos decisórios políticos, chamado Advocacy Coalition Framework, a combinação desses quatro fatores (fatores internos e externos, learning e acordos negociados) seria necessária para mudanças políticas. No entanto, o estudo das políticas ambientais brasileiras da doutora Flavia mostrou que, no caso do Brasil, as alterações na legislação podem ocorrer sem aprendizado e negociação, apenas pelo poder de voto dos congressistas.

Política pura

A pesquisa da doutra Flavia Donadelli não analisou quais seriam os principais fatores de influência nos políticos, já que as posições dos cientistas não foram capazes de alterar os processos decisórios. O deputado federal Celso Pansera, membro da Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara e ex-ministro da Ciência e Tecnologia, concorda com as conclusões do estudo da London School of Economics.

De acordo com Pansera, os políticos não têm hábito de avaliar pesquisas e buscar conhecimento para estabelecer suas teses. “Eles agem mais por impulso e por emoção. Suas crenças são mais fortes que resultados científicos e estão sujeitos, em alguns casos, a interesses do seu eleitorado e de grupos econômicos”, avalia Pansera.

O deputado dá como exemplo

as discussões sobre a fosfoetanolamina sintética, a chamada “pílula do câncer da USP”. Apesar da inexistência de estudos clínicos conclusivos sobre sua eficiência e sem registro da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), o Congresso aprovou uma lei que autorizava o uso e distribuição da substância. Outros exemplos são a proibição de uso de animais em experimentos científicos e as discussões envolvendo a Renca (Reserva Nacional do Cobre e Associados), nos quais as opiniões dos cientistas foram abafadas pelos debates acalorados da opinião pública.

Na análise dos argumentos apresentados pelos parlamentares nas mudanças da legislação ambiental, Flavia Donadelli identificou interesses econômicos como fator preponderante nas decisões políticas. “Alguns deputados e senadores usam argumentos baseados em ideologia ou valores (por exemplo aqueles que defendem o meio ambiente ou agricultura familiar), mas a maioria demonstrava decidir com base no grupo de interesse por eles apoiados (por exemplo os ruralistas) sem grandes justificativas ou debates”, afirma a professora.

O deputado Celso Pansera completa que o Parlamento é influenciado pelo governo. “O Poder Executivo pauta o Legislativo”, afirma. O deputado também não deixa de fora a influência do poder econômico no Congresso. “A regulamentação do lobby jogaria luz aos debates”, sugere Pansera. O deputado avalia que o lobby regulamentado deixaria mais claras as posições das partes envolvidas, possibilitando debates mais amplos e avaliação dos impactos de cada uma das propostas apresentadas. “É importante para a democracia”, diz Pansera.

Lobby

Universidades e think tanks

O Brasil tem centros de excelência na pesquisa científica e produz conhecimento científico mundial de ponta, como são os casos da Embrapa, Embraer e a tecnologia de águas profundas desenvolvida pela Petrobras, lembra do deputado federal Celso Pansera, membro da Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara e ex-ministro da Ciência e Tecnologia. A ciência precisa perceber que tem capacidade de mobilização sociedade civil, diz o deputado.

Pablo Cesário, professor do curso de relações governamentais da Fundação Getúlio Vargas (FGV), reforça a importância das ciências no cenário político, mas critica o caráter insular das universidades. O professor reconhece que a dinâmica e os tempos da ciência não acompanham as demandas urgentes do poder público e que, nem sempre, a universidade está preparada para o debate público e para fornecer informações qualificadas na velocidade que a sociedade necessita. “A universidade precisa sair dos seus muros para participar dos debates”, diz Cesário.

Este é um cenário que não é muito diferente do exterior. No entanto, em outros países a ciência assume papel preponderante na definição de políticas públicas por meio de outras instituições, especialmente, os chamados think tanks, informa Cesário. São entidades especializadas em determinados temas que produzem conhecimento científico, estudos, pesquisas e discussões que têm impacto direto nos diversos níveis de governo. Os think tanks têm estrutura e dinamismo necessários para assumir a liderança dos debates políticos.

“A sociedade precisa exigir que os políticos justifiquem suas lógicas de decisão e não aceitar decisões unicamente baseadas em interesses. Reforço a importância de os cientistas tornarem seus estudos compreensíveis para todos e de levarem suas análises ao conhecimento popular”, afirma Flavia Donadelli, professora de ciência política da London School of Economics (LSE).

Planejamento estratégico

O lobby é apenas uma ferramenta na defesa de interesses privados perante o poder público. Uma articulação eficaz e eficiente necessita de um planejamento estratégico amplo que englobe, além dos parlamentares que irão participar do processo decisório, outros stakeholders e atores relevantes no cenário político, econômico, social e cultural dos temas em discussão. “A parte legislativa não é a mais importante”, afirma Kelly Aguilar, conselheira do IRELGOV. Kelly reforça a necessidade de profissionais qualificados no planejamento e execução de estratégias de relações governamentais.

O profissional de Relações Governamentais precisa ter conhecimento técnico aprofundado do tema, mas é fundamental saber a dinâmica do funcionamento da política e o comportamento do parlamentar. O compartilhamento das informações precisa ser customizado para cada interlocutor. “Precisamos traduzir as informações para as preocupações políticas do parlamentar, pensando de que maneira elas podem ser usadas em palanques

eleitorais ou utilizadas em entrevistas de rádio e TV”, diz Kelly.

Ações de comunicação também são partes fundamentais da estratégia de relações governamentais, com identificação dos públicos alvo, incluindo a comunidade e outros formadores de opinião. É necessário pensar no engajamento de stakeholders estratégicos e a articulação com diversos setores econômicos e sociais. “O foco em uma comunicação simples e inteligível é crucial para que essa interação tenha sucesso”, afirma Flavia Donadelli, professora de ciência política da London School of Economics (LSE).

O envolvimento da sociedade nas discussões parlamentares pode ser o diferencial para o sucesso da articulação política. A opinião pública exerce forte influência das decisões públicas e uma estratégia de relações governamentais incluindo informações científicas consistentes pode criar uma massa crítica positiva.

No jogo da desconfiança e desinformação, pessoas são a sua melhor aposta



Por Emily Rees

“Projeto de lei exigirá uniforme unissex em 2018”, “Gilmar Mendes mandou cancelar o BBB17”, “EUA e ONU sugerem intervenção militar no Brasil”; notícias como estas estão entre as manchetes mais circuladas em mídias sociais no Brasil no último ano [1]. Comum a todas elas é o fato de trazerem informações falsas. Segundo pesquisadores da Universidade de Harvard, o grande número de usuários de mídias sociais, as divisões políticas na sociedade e uso prevalente de redes “fechadas” como o WhatsApp tornam o Brasil especialmente suscetível às chamadas fake news [2].

A tendência, no entanto, é global. Segundo o Global Trust Barometer da Edelman, a confiança dos cidadãos em informações divulgadas por empresas, governo, ONGs e imprensa declinou de forma impressionante. Hoje, dois terços da população mundial acreditam que informações vazadas são mais confiáveis do que comunicados de imprensa. Seis a cada dez pessoas possuem mais confiança em resultados de ferramentas de busca do que em mídias [3] tradicionais. De forma surpreendente, pesquisas mostram ainda que não há correlação entre a desconfiança em fontes oficiais e o nível de educação [4].

Embora as múltiplas origens da onda de desconfiança ainda sejam debatidas, para James Harding, chefe de redação da BBC que criou a nova equipe de “reality check”, três fatores se destacam: “ruptura das regras normais por crescimento econômico fraco e desigualdades crescentes; inovação tecnológica estimulando mudanças comportamentais e insegurança no emprego; e políticas de identidade que suplantam partidos tradicionais e alimentam narrativas de exclusão”[5]. Quem divulga informações falsas tira proveito da dificuldade das pessoas em avaliar risco, e do seu medo do desconhecido.

Enquanto a força de divulgação e compartilhamento de notícias falsas se amplia, corremos o risco de que a pluralidade de perspectivas prevaleça sobre a exatidão. Nessa batalha, o profissional de relações governamentais, por ter como responsabilidade a gestão de riscos relacionados à reputação, terá papel fundamental em apoiar fatos no debate público e reestabelecer a confiança nas relações com stakeholders.

O conceito de fake news não possui definição internacionalmente acordada, mas é constituído de um vasto leque de fenômenos. Segundo o Media Policy Project, da London School of Economics, seis diferentes tipos de desinformação se destacam: supostas interferências estrangeiras em eleições domésticas; invenções acionadas por propaganda paga; paródias e sátiras; jornalismo ruim; informações opostas de forma ideológica; e informações que desafiam autoridades ortodoxas[6].

Artigo

Embora a desinformação possa surgir por falta de conhecimento, mídias sociais fornecem terreno fértil a campanhas de fake news. Com o modelo comercial das redes sociais baseado em capturar cada vez mais minutos de atenção dos seus usuários, as empresas do Vale do Silício procuram fornecer conteúdo compatível com os interesses e crenças pessoais dos seus usuários. Algoritmos aperfeiçoados encorajam a constituição de comunidades com “bolhas de filtro”, que confrontam usuários cada vez mais com uma versão única dos fatos: aquela que reforça a sua própria visão.

Cientes do risco de se tornarem plataformas de divulgação de fake news, as redes sociais começaram a introduzir medidas para enfraquecer a divulgação de desinformação: melhoraram as verificações de quem paga por propaganda, criaram parcerias com empresas para realizar fact checking e introduziram novos controles e sistemas para identificar contas que estiverem imitando marcas e organizações. Embora sejam passos importantes, as redes sociais ainda não criaram um balcão para organizações relatarem desinformações que atinjam a sua imagem.

A Monsanto, que está lidando com rumores e teorias de conspiração ligados à biotecnologia há anos, tem adaptado a sua estratégia de luta contra a desinformação nas redes sociais. A sofisticação crescente dos boatos divulgados online, como aquele que ligava os casos de microcefalia no Brasil ao uso de pesticida e não ao vírus da Zika, chamaram a atenção da empresa para um fato importante: combater informações falsas com informações corretas pode reforçar falsidades se não houver engajamento ao nível de valores[7].

As fake news que atingem números recordes de compartilhamentos costumam tocar em temas diretamente ligados à identidade e aos valores fundamentais dos usuários que as compartilham, como suas visões sobre questões de gênero, políticas fiscais, políticas de segurança pública, entre outros temas de visibilidade no debate público. Segundo o diretor de engajamento da Geração Y da empresa, estratégias que buscam reequilibrar as discussões devem levar em conta os valores de seu grupo alvo e não apenas contra argumentar manchetes. Para isso, colaboradores são as pessoas mais indicadas para entrar em mídias sociais e discutir os fatos com amigos e familiares[8].

Nesta nova era de desinformação e desconfiança, organizações priorizarão estratégias baseadas em diálogos, em comparação às tradicionais técnicas de comunicação push, criando novos desafios para profissionais de relações governamentais. Enquanto comunicados de imprensa, cartas ou relatórios de posicionamento permitem expor um posicionamento institucional definido numa área predeterminada, mais diálogo gera maior imprevisibilidade em relação aos temas a serem levantados pelo público, dando mais espaço e visibilidade a temas considerados secundários.

Organizações terão que se ajustar a esta nova realidade, começando pela definição e adoção de posições claras em múltiplos temas considerados até então anexos a sua missão. A distinção entre imparcialidade e neutralidade, ou seja, entre tomar partido com base em evidências e não assumir posição nenhuma, será crucial para organizações possam reestabelecer fatos no debate público. Para isso, como observado no caso da Monsanto, hoje é ainda mais importante que colaboradores sejam bem versados nas posições organizacionais e sejam capacitados de forma a assumir um papel crescente de emissário nas redes sociais.

Além disso, organizações deverão priorizar a constituição de relações de confiança com os seus stakeholders. Veremos uma transição nas relações com partes interessadas: confiança mútua será mais importante que interesses comuns. Neste âmbito, transparência

Artigo

terá destaque por ser uma condição sine qua non à construção de relações de confiança. Isto trará novos desafios, pois trabalhar com transparência não é simples. A verdade pode ser impopular, até inconveniente. Portanto, num mundo em que a não divulgação de fatos é percebida de forma suspeita, organizações que apostam na maior exposição de fatos, mesmo aqueles desconfortáveis, ganharão maior confiança dos seus stakeholders. Expor vulnerabilidades acaba sendo uma virtude. Proatividade na divulgação de fatos limita especulações e incertezas, enquanto a ausência de comunicação expõe organizações a todos os tipos de acusações e ativismo em redes sociais.

De forma a restabelecer a fé nas informações divulgadas, é necessário sair de modelos tradicionais de engajamento e colocar pessoas no centro das atividades. Profissionais de relações governamentais, por terem a exatidão das informações relativas às suas atividades, devem assumir papel importante nas suas organizações chamando atenção ao fato de que, mais do que pensar antes de falar, hoje é necessário pensar antes de compartilhar. Processos internos podem ser avançados de forma a consolidar a devida diligência para garantir que a sua organização não esteja promovendo, intencionalmente ou não, nada mais do que a verdade.

Emily Rees é Gerente de Relações Governamentais da Apex-Brasil, a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos, baseada em Bruxelas. De nacionalidade francesa e britânica, ela atua em public affairs em nível internacional há mais de doze anos.

Referências

- (1) Levantamento das páginas de verificação de notícias: www.e-farsas.com e www.boatos.org
- (2) Fake News Risks Plaguing Brazil Elections, Top Fact-Checkers Say, Bloomberg Politics, 9 de janeiro de 2018
- (3) Edelman Global Trust Barometer 2017
- (4) IFOP, Enquête sur le complotisme, pesquisa para a Fundação Jean Jaurès e a Conspiracy Watch, 8 de janeiro de 2018

- (5) BBC sets up team to debunk fake news, The Guardian, 12 de janeiro de 2017
- (6) Tambini, D. (2017). Fake News: Public Policy Responses. Media Policy Brief 20. London: Media Policy Project, London School of Economics and Political Science
- (7) World Health Organization (2017) Zika virus and complications: Questions and answers
- (8) Financial Times "Companies scramble to combat 'fake news'"

Cenários e Estratégias de RelGov em ano de grandes eventos



Por Juliana Celuppi

Em um ano de eleições majoritárias, o calendário de 2018 apresenta grandes desafios de planejamento para os profissionais que se relacionam com o governo. O cenário é ainda agravado pela Copa do Mundo da Rússia, que apesar de não constar com feriados oficiais, os jogos da seleção brasileira devem impactar os dias úteis nos meses de junho e julho. Dentro dessa realidade, a expectativa é de que haja um esforço concentrado na articulação das empresas com o poder público nos meses de março, abril e maio e, posteriormente, em novembro e dezembro.

Em um ano como este é necessário planejar as equipes, dimensionando os times para uma atuação concentrada em poucos meses, de modo a garantir a disponibilidade para interlocução e implementação das estratégias da empresa. De 14 de junho a 15 de julho será realizada a Copa do Mundo e a partir do dia 16 de agosto iniciam-se as propagandas eleitorais e campanhas, sendo em 7 de outubro o primeiro turno das eleições, seguido pelo segundo turno no dia 28.

Na esfera de municípios, apesar da eleição ser para o âmbito estadual e federal, prefeitos e vereadores tendem a concentrar seus esforços no apoio aos governadores e deputados estaduais aliados, no mesmo período em que deputados estaduais e governadores estarão em plena campanha.

De acordo com os dados preliminares levantados pelo Celuppi Advogados, não havendo ainda registros oficiais das candidaturas, dos 27 nomes que hoje ocupam a chefia dos Poderes Executivos Estaduais e DF, ao menos dez tentarão a reeleição neste ano. Outros dez estão em segundo mandato e, portanto, diante da impossibilidade de se reelegerem, especula-se que concorram a outras cadeiras, sendo a disputa pelo Senado Federal a mais comum entre os Governadores em último mandato. Do total, sete ainda deram poucos detalhes sobre quais suas estratégias políticas para o próximo ano. Ao menos cinco prefeitos de capitais brasileiras, eleitos em 2016, devem voltar as urnas como candidatos a Governadores dos Estados.

As mudanças na composição das forças que comandam os estados e casas legislativas certamente irão acarretar uma reorganização política e é imprescindível que as empresas estejam atentas a estas mudanças, acompanhando de perto toda movimentação governamental. É imprescindível abrir canais de diálogo antes das eleições, escutando as diversas propostas e avaliando, especialmente nos locais onde seja mais sensível uma mudança

Artigo

CALENDÁRIO 2018

- **1/Abril** - Início da propaganda institucional do Tribunal Superior Eleitoral.
- **7/Abril** - Prazo final para filiação partidária
- 14/Junho** - Abertura da Copa do Mundo
- 15 a 30/Junho** - Jogos Eliminatórios
- 30/Junho a 3/Julho** - Jogos das oitavas de final
- 5/Julho** - Início do período para realização de propaganda intrapartidária pelos políticos
- 6/Julho** - Jogos das quartas de final
- 7/Julho** - Início da proibição de inúmeras condutas pelos agentes públicos
- 10 a 11/Julho** - Jogos das semifinais
- 14/Julho** - Jogo para definição do 3º lugar
- 15/Julho** - Final da Copa do Mundo
- 20/Julho** - Início das convenções para a escolha dos candidatos a presidente e vice-presidente da República, governador e vice-governador, senador, deputado federal, deputado estadual e distrital e início da proibição da realização de enquetes relacionadas ao processo eleitoral.
- **5/Agosto**
Fim das convenções partidárias
- 9/Agosto** - Primeiro debate presidencial
- 15/Agosto** - Encontro Governadores e último dia para os partidos políticos e as coligações apresentarem junto à Justiça Eleitoral o
- requerimento de registro de candidatos
- **16/Agosto** - Início da realização de propaganda eleitoral, como comícios, carreatas, distribuição de material gráfico e propaganda na Internet (desde que não paga), entre outras formas
- 24/Agosto** - Prazo final para elaboração pelo TSE, TREs, partidos e meios de comunicação de plano de mídia para uso do horário eleitoral as siglas a que tenham direito.
- 31/Agosto** - Início da propaganda eleitoral (O período foi reduzido de 45 para 35 dias)
- **7/Setembro** - Prazo final para preenchimento das vagas remanescentes pelos partidos
- 17/Setembro** - Prazo final para julgamento, pela Justiça Eleitoral, dos pedidos de registros de candidatos que desejam concorrer ao pleito de 2018
- 22/Setembro** - A partir de 22 de setembro, nenhum candidato poderá ser detido ou preso, salvo em flagrante delito
- **4/Outubro** - Fim do período para realização de debates no rádio e televisão e para a realização de propaganda política mediante reuniões públicas ou promoção de comícios
- 6/Outubro** - Prazo final para distribuição de material gráfico e realização de carreatas pelos candidatos
- 7/Outubro** - 1º turno das eleições 2018
- **28/Outubro** - 2º turno das eleições 2018

Artigo

de orientação, a apresentação de ideias e planos da empresa que já estejam em andamento e demonstrar como determinada proposta de política pública pode influenciar seu futuro em maior ou menor medida.

Vislumbra-se ainda que há oportunidade para atuação de forma bastante ágil com temas que gerem repercussões político-sociais positivas, por outro lado, temas que gerem comoção social ou dividam muito a opinião pública, devem ficar parados, pois a tendência é que os parlamentares se exponham menos com assuntos desta natureza, buscando uma postura mais moderada com temáticas que possam dividir o eleitorado.

Nos meses de novembro e dezembro haverá uma “corrida” para aprovação de projetos de lei, especialmente daqueles que não se reelejam. Normalmente há uma forte movimentação para aprovação de diversas matérias, dos mais variados tipos, durante os períodos de troca de legislatura, e neste ano, a expectativa é que a tramitação acelerada de matérias seja ainda mais evidente. Além disso, o início de 2019 provavelmente será marcado por um maior número de novas proposições, especialmente nas Assembleias Estaduais e Congresso Nacional.

Em suma, as eleições sempre ocasionam rearranjos de forças nos cenários políticos, sejam estes nacionais ou locais, uma vez que o pleito eleitoral pode aproximar ou distanciar prefeitos e vereadores juntos aos deputados, senadores, governadores e presidente. Portanto, a cada dois anos, vê-se uma movimentação em todo o panorama do processo de policy making no Brasil e este ano, não será diferente.

Novas regras

Vale lembrar ainda que este será o primeiro ano de vigência das modificações de regras eleitorais. Como novas condições de acesso ao fundo partidário pelos partidos, novos limites para doações e gastos de campanha e ainda o chamado Fundo Eleitoral, que deverá destinar, aproximadamente, R\$ 1,7 bilhão em recursos públicos para o processo eleitoral. O fim das coligações nas eleições proporcionais, que extingue as coligações eleitorais no Legislativo, também aprovada junto as reformas no início de outubro, só vale a partir das eleições de 2020. Como referência, o valor total dos gastos de campanha em 2014, contabilizando as despesas de todos os candidatos, diretórios e comitês, chegou em R\$ 4,92 bilhões. Diante deste cenário é esperado um aumento das campanhas eleitorais nas redes sociais, com a possibilidade de arrecadação prévia de recursos por meio da internet, as “vaquinhas online” que estão inclusive previstas entre as novas normas aprovadas.

Juliana Celuppi é sócia-diretora do Celuppi Advogados e idealizadora do Radar Governamental. Advogada, especialista em Direito Econômico pela FGV-SP, possui mais de uma década de experiência na atuação jurídica e governamental com foco em estados e municípios, tendo atuado em áreas internas de empresas como Ambev e Contax, além de outras grandes bancas de advocacia.

Perspectivas para o profissional de Relações Governamentais



Por Rodrigo Navarro

A atividade de representação de interesses do setor privado perante o setor público é denominada de variadas formas, sendo a mais comum “lobby”. A partir de 19/02/18, porém, a área obteve um marco significativo: a inclusão pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) da denominação “RIG – Profissional de Relações Institucionais e Governamentais” na CBO (Classificação Brasileira de Ocupações).

A definição trazida pelo MTE para os profissionais de RIG coloca-os como aqueles que “...atuam no processo de decisão política, participam da formulação de políticas públicas, elaboram e estabelecem estratégias de relações governamentais, analisam os riscos regulatórios ou normativos e defendem os interesses dos representados[1]”.

Mais que a importância de uma sigla que deverá uniformizar seu uso e aprimorar as estatísticas oficiais, a relevância maior vem do reconhecimento de uma série de competências específicas (91, para ser preciso[2]) que foram mapeadas e consolidadas como componentes dessa atividade.

Temas como estratégia, negociação, análise de tendências e cenários, promoção de imagem e reputação, relacionamento com mídia, escuta ativa, liderança de equipes de alto desempenho, acompanhamento de questões públicas, gerenciamento de riscos regulatórios e relacionamento interpessoal são apenas alguns exemplos que aparecem em RIG.

Esse marco veio ao encontro da evolução que a atividade vem sofrendo, sob o prisma de reconhecimento de sua importância estratégica.

De uma necessidade inicial – e muitas vezes tida erroneamente como suficiente – desse profissional apresentar um bom network, aos poucos foi sendo percebida a necessidade dessa boa rede de contatos ser acrescida pelo componente de experiência, de preferência em diferentes setores de atuação. Finalmente, chegamos ao estágio de crescer a um bom network e robusta experiência o conhecimento específico: exatamente as competências que esse profissional deve apresentar para desempenhar a atividade de maneira otimizada.

Atualmente, a oferta de cursos de curta e média duração, assim como MBAs, em diferentes instituições, buscam suprir essa demanda crescente.

Tal é a complexidade de RIG que é comum algumas pessoas menos familiarizadas

Artigo

com a atividade chegarem a chamar esses profissionais de “super-heróis”. Não se trata disso. Trata-se de ter profissionais devidamente capacitados para exercer essa atividade e devidamente reconhecidos pelo mercado e pelas demais partes envolvidas em sua condução. A regulamentação da atividade, atualmente em análise mais acelerada em diferentes frentes no Congresso brasileiro, também contribuirá para esse movimento.

Esse reconhecimento chega às empresas na forma de busca por profissionais que apresentem as características descritas acima: network + experiência + conhecimento específico. A compensação total oferecida é assim compatível com a importância do cargo, que começa a ser mais comumente encontrada no C-level da empresa, com novas nomenclaturas como CEEC – Chief External Engagemenent Officer ou CLO – Chief Liason Officer.

Ou seja, ao invés da prática muitas vezes ainda comum de “pendurar” essa atividade (quando existente) como parte de outras áreas do organograma como Jurídico ou Comunicação (que até podem compartilhar algumas competências de RIG, mas não as apresentam em sua totalidade), a explicitação desse conjunto único de competências passa a indicar uma tendência de abertura de um relevante espaço para os profissionais devidamente capacitados de RIG.

Por certo, outros pontos em desenvolvimento crescente como a influência de novas tecnologias na atividade de RIG em si, sobre seus praticantes e seus públicos-alvo, certamente contribuirão ainda mais para a necessidade – e velocidade – de capacitação de profissionais nessa área.

De qualquer forma, podemos afirmar que a atividade de RIG sofrerá ainda mudanças profundas tanto em sua essência, como em seus processos, mas continuará sendo altamente estratégica e demandará cada vez mais profissionais capacitados que serão devidamente valorizados pelo mercado.

Rodrigo Navarro é coordenador e professor do MBA em Relações Governamentais da FGV Rio e Brasília. Presidente Executivo da Abramet – Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção.

Referências

- (1) <http://www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/pesquisas/BuscaPorTituloResultado.jsf>, acessado em 05/03/18
- (2) Ver a lista completa de competências de RIG em www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/pesquisas/FiltroTabelaAtividade.jsf, acessado em 05/03/18